



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXVIII — Nº 71

QUINTA-FEIRA, 1º DE NOVEMBRO DE 1973

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER N.º 57-U/73-CN

Da Comissão Mista de Orçamento sobre o Projeto de Lei n.º 11, de 1973 (CN), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1974, Anexo II — Despesa, Subanexo 02.00 — Senado Federal.

Relator: Senador Geraldo Mesquita

Com a Mensagem n.º 47, de 1973, o Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional projeto de lei que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1974.

No ano passado, tivemos oportunidade de realçar, nesta Comissão, que o projeto de orçamento da União para 1973, previa um déficit de apenas 480 milhões diferindo substancialmente admitido no OPI a preços de 1973,

I — Poder Legislativo	398.536.500,00
II — Poder Judiciário	495.303.900,00
III — Poder Executivo	37.130.454.600,00
A despesa do Anexo I está assim distribuída:	
I — Câmara dos Deputados	186.500.000,00
II — Senado Federal	135.000.000,00
III — Tribunal de Contas da União	56.921.500,00

Verificamos que a participação percentual do Anexo I — Poder Legislativo, no total da Despesa, é da ordem de 0,88%, menor que a do exercício anterior (0,72%). Do total consignado ao Anexo I, cabem ao Senado Federal 33,87%. Sendo de assinalar que a participação percentual do Senado Federal no total da Despesa da União, corresponde à insignificante cifra de 0,23%.

Quanto aos Programas:

Administração Superior	120.490.000,00
Assistência e Previdência	12.310.000,00
Habitação e Planejamento Urbano	2.200.000,00

Notamos, no entanto, um evidente engano na proposta no que diz respeito à Assistência Financeira a entidades. É que a consignação de

mesmo para o exercício de 1974. Afirmando, naquela ocasião, tratar-se do mais baixo nível de déficit, em termos reais, nas duas últimas décadas. É, pois, com grande satisfação que registramos fato idêntico relativamente ao próximo exercício de 1974, para o qual se prevê um déficit, apenas residual, de Cr\$ 350 milhões. Pela primeira vez, o déficit é inferior a 0,1% do Produto Interno Bruto, situando-se em 0,08%, para 0,13% em 1973. O OPI referente ao período 1972/1974 previa, para 1974, um déficit de 714,3 milhões (a preços de 1974).

Somos chamados a examinar, na proposta para 1974, a parte referente ao ANEXO II — Despesa, Subanexo 02.00 — Senado Federal.

A despesa à conta de Recursos Ordinários, relativamente aos Três Poderes, é a seguinte, exclusivos os Encargos Gerais da União:

Quanto à natureza da despesa, as dotações do Subanexo 02.00 são as seguintes:

Despesas Correntes

Cr\$ 120.260.000,00 (cento e vinte milhões e duzentos e sessenta mil cruzeiros).

Despesas de Capital

Cr\$ 14.740.000,00 (quatorze milhões e setecentos e quarenta mil cruzeiros).

Cr\$ 6.360.000,00 (seis milhões e trezentos e sessenta mil cruzeiros) se destina ao pagamento de diversos compromissos do Senado com a Pre-

vidência Social. Assim, neste montante foram incluídos os 10% que o Senado paga, como empregador, ao I.P.C., correspondente aos Srs. Senadores e funcionários associados, 8% ao I.N.P.S. de todo o seu pessoal C.L.T. e ainda os 8% do F.G.T.S. (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). A proposta, contudo, dá a entender que todo aquele montante se destina apenas a pagamentos ao I.P.C. Vale ressaltar que o Senado já reservou àquele Instituto de Previdência um auxílio da ordem de Cr\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros) — 0200.0105.2106.

Ainda para corroborar nossas ilações, constatamos que, na parte referente a classificação da despesa por categoria econômica 3.2.5.0. — Contribuições de Previdência Social —, a verba a que nos referimos consta com o mesmo total de Cr\$ 6.360.000,00, com a destinação que assinalamos anteriormente.

Com vistas a corrigir o mencionado equívoco, apresentaremos emenda no final do parecer.

Deflui do exposto que a participação do Senado Federal, além de ser insignificante (0,23%), está amplamente justificada com a instalação de um sistema de Análise de dados por computação eletrônica, que vai, inclusive, prestar serviços a diversos outros órgãos, notadamente do Poder Judiciário, além da ampliação e melhoria de suas instalações.

Opinamos, assim, pela aprovação do Subanexo 02.00 — Senado Federal —, com a seguinte

Emenda n.º 1 — R

Onde se lê:

0200.0308.2106 — Assistência Financeira a Entidades 009 Instituto de Previdência dos Congressistas — 6.360.000

Lê-se:

0200.0308.2106 — Assistência Financeira a Entidades 009 — Contribuição a Instituições de Previdência — 6.360.000

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1973. — Senador João Cleofas, Presidente — Senador Geraldo Mes-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Chefe da Divisão Industrial

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:	
Semestre	Cr\$ 100,00
Ano	Cr\$ 200,00
Via Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

quita, Relator — Senador Fernando Corrêa — Senador Alexandre Costa — Senador Lourival Baptista — Senador Eurico Rezende — Senador Carlos Lindenberg — Senador Magalhães Pinto — Senador Heitor Dias — Senador Amaral Peixoto — Deputado Adhemar Ghisi — Deputado Alberto Hoffmann — Deputado Bento Gonçalves — Deputado Carlos Alberto de Oliveira — Deputado Claudio Leite — Deputado Dasso Coimbra — Deputado Eurico Ribeiro — Deputado Passos Porto — Deputado Furtado Leite — Deputado Gabriel Hermes — Deputado Joaquim Macedo — Deputado Oceano Carleial — Deputado Manoel de Almeida — Deputado Milton Brandão — Deputado Mario Mondino — Deputado Osnelli Martinelli — Deputado Paulo Alberto — Deputado Theodulo de Albuquerque — Deputado Wilson Falcão — Deputado Henrique Eduardo Alves — Deputado Oziris Pontes — Deputado José Freire — Deputado Julio Viveiros — Deputado Rubem Medina — Deputado Vinicius Cansação — Deputado Albino Zeni — Deputado Nunes Freire — Deputado Ricardo Fiúza.

PARECER N.º 57-V/73-CN

Da Comissão Mista de Orçamento sobre o Projeto de Lei n.º 11, de 1973 (CN), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1974 — Anexo II — Despesa — Subanexo 1.300 — Ministério da Agricultura.

Relator: Senador Amaral Peixoto

O Projeto de Lei dos Meios para o exercício financeiro de 1974 destina 1,19% dos recursos do Tesouro, ao Ministério da Agricultura. Serão Cr\$ 698.147.900,00 (seiscentos e noventa e oito milhões, cento e quarenta e sete mil e noventa e nove cruzeiros) distribuídos

por seis Programas, assim compreendidos: Administração, Cr\$ 34.555.100,00 (4,95% do total); Agropecuária, Cr\$ 573.319.300,00 (82,12%); Assistência e Previdência, Cr\$ 1.589.700,00 (0,23%); Colonização e Reforma Agrária, Cr\$ 52.235.800,00 (7,48%); Defesa e Segurança, Cr\$ 1.860.900,00 (0,27%); Recursos Naturais, Cr\$ 34.587.100,00 (4,95%).

No Orçamento de 1973, o Ministério da Agricultura figurou com 1,24% dos recursos do Tesouro, isto é, 0,05% a mais do que a participação prevista para o exercício vindouro. Todavia, como a receita estimada para 1974 é superior em 21% à arrecadação provável de 1973 (de acordo com reestimativa oficial), também a parcela destinada ao Ministério da Agricultura é superior, como se vê:

A preços correntes:

1973 — Cr\$ 546.064.500,00
1974 — Cr\$ 698.147.900,00

A preços constantes de 1974:

1973 — Cr\$ 627.974.175,00
1974 — Cr\$ 698.147.900,00

Sucede que, em termos reais, a majoração estimada para o próximo exercício representa muito pouco, tendo em vista a importância das atividades submetidas ao controle do Ministério da Agricultura. Na agropecuária está a principal fonte de alimentos do homem, convindo, portanto, estimulá-la principalmente quando se acentua o crescimento demográfico, gerando implicações de ordem social conhecidas pela designação genérica de malthusianismo.

Em meados de setembro último, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) comunicou a todos os países-membros que a população mundial aumentou em 75 milhões no ano de 1972, e a pro-

dução agrícola — incluída a de alimentos — ligeiramente inferior à de 1971. E, no preâmbulo do “O estado mundial da agricultura e da alimentação — 1973”, o dr. A. H. Boerma, Diretor Geral da FAO, assinalou que “a situação alimentar do mundo em 1973 é a mais difícil de que se tem notícia desde os anos imediatamente posteriores às devastações da segunda guerra mundial”.

Pelos cálculos da FAO, em 1972, diminuiu a produção agrícola e a de alimentos, que em 1971 havia sido de 3 a 4 por cento superior. “Com o aumento demográfico mundial de 2%, os produtos agrícolas e alimentares diminuíram em 3% por pessoa. Também foi menor a produção pesqueira em, aproximadamente um por cento”. E a diferença principal entre 1971 e 1972 está no detalhe de que a redução verificada nos países em desenvolvimento foi comparável à ocorrida nos desenvolvidos. Daí o dr. Boerma enfatizar:

— Tendo em vista o aumento constante da população, estes fatos são sumamente inquietantes. A produção de alimentos no conjunto dos países em desenvolvimento desceu ao nível de 1961-65. No Extremo Oriente, é inferior 8% ao nível de 1970 e em nenhuma das regiões em desenvolvimento melhorou mais que 3% em relação a 1961-65. A ameaça da falta de alimentos se converteu em crua realidade do oeste

da África, onde 6 milhões de pessoas estão ameaçadas pela fome. Muitos milhões de criaturas padecem de insuficiência alimentar. O preço dos alimentos — em todos os países — tem aumentado, causando maiores privações aos consumidores mais pobres, os quais se vêem compelidos a gastar quase todo o salário nos gêneros essenciais. As importações de cereais básicos — mesmo para as nações que podem adquirir tais produtos com suas

próprias divisas — estão muito difíceis. Os estoques mundiais de trigo, devido principalmente às enormes compras realizadas pela URSS em 1972, são as mais baixas dos últimos 20 anos. Também há escassez de arroz.

A situação brasileira apresentou-se crítica, no setor tritícola. O Banco Central informa que “as importações, que em 1971 apresentaram acentuado declínio, em relação à média do período 1966/70, voltaram, em 1972, a constituir-se em item de relevância

na pauta de importações do País”. O quadro abaixo esclarece:

IMPORTAÇÃO DE TRIGO (FOB)

Períodos	1.000 t	US\$ milhões
1966/70 (*)	2.347,3	137,6
1971	1.300,2	106,2
1972	2.000,0	112,0

(*) Média anual

Houve, assim elevação de 14,9% na despesa com as importações de trigo, motivada pela drástica redução da produção nacional, que pode ser acompanhada no quadro seguinte:

TRIGO NACIONAL PRODUÇÃO

Estados	SAFRAS (t)							
	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972*
Rio Grande do Sul ...	206.497	268.548	308.982	566.638	960.945	1.511.567	1.743.837	
Paraná	6.028	14.448	35.729	87.497	138.146	172.204	239.416	
Santa Catarina	9.651	15.465	20.043	37.236	40.478	25.579	23.096	
São Paulo	—	62	—	1.352	5.225	12.491	23.530	
Mato Grosso	—	—	116	741	1.525	3.131	4.388	
Goiás	—	—	—	—	—	—	—	
Distrito Federal	—	—	—	94	—	—	—	
Total	221.576	298.523	364.870	693.598	1.146.319	1.734.972	2.034.317	683.000
Reserva p/ Semente .	30.686	29.076	47.661	71.911	117.155	166.159	225.051	233.000
Total Comercializ. ...	190.890	269.447	317.209	621.687	1.029.164	1.568.813	1.809.266	450.000

Fontes: — Banco do Brasil S.A. — Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional (CTRIN) e “CCLEF”.

O panorama se tornou mais grave, porque aumenta o consumo do cereal, como se vê:

BRASIL CONSUMO DE TRIGO

ANO	(t)
9/8 a 31-12-65	990.000
1966	2.447.523
1967	2.655.137
1968	2.866.495
1969	2.907.855
1970	3.033.611
1971	3.209.356
1972	
1973	3.550.000(*)

Fonte: Departamento de Trigo da SUNAB

(*) Estimativa

No que diz respeito à América Latina, a produção agrícola e de alimentos

superou, em 1972, a do ano anterior. Entretanto, foi insuficiente para compensar o crescimento demográfico, verificando-se, paradoxalmente, isto: a produção agrícola e alimentar da América Latina, em 1972, foi superior em mais de 1% à de 1971; todavia, a produção per capita baixou em 1%.

A FAO vê nisso o fantasma de Malthus, e propõe a tese discutível de que o crescimento populacional deve ser controlado, a fim de que possa haver garantia quanto ao abastecimento de gêneros essenciais.

No Brasil, a política demográfica é considerada componente essencial do programa econômico, interessado na ocupação de vastas áreas do interior. Mas, a taxa de natalidade sofreu redução. O último relatório da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina — CEPAL — focaliza o decréscimo de nascimentos, ocorridos no Brasil e na Costa Rica. E demonstra que a Argentina, o Chile e o Uruguai e Cuba mantiveram lento o crescimento da população. O índice

de natalidade do Brasil, de acordo com as estatísticas, declinou de 46 por mil, em 1940, para 37 por mil, em 1970. Entretanto, o contingente demográfico descreve linha ascendente, determinando a pressão crescente, no que diz respeito aos alimentos.

O Nordeste brasileiro apresenta a taxa de crescimento populacional de 2,3% ao ano, e deverá atingir, em 1980, o total de 43.067.300 habitantes, de acordo com as estimativas do IBGE e da SUDENE. Por outro lado, a mortalidade vem apresentando redução de índices, ao mesmo tempo que a população, com menos de 30 anos aumenta, em especial na área urbana.

Técnicos do Banco do Nordeste do Brasil preconizam que, até 1980, o crescimento demográfico rural será de 1,2%, e o urbano 4,6%. Enquanto isso, a SUDENE admite que as taxas de fecundidade do Nordeste apresentarão, em 1990, o seguinte quadro: de 15 a 19 anos — 8,6%; de 20 a 24 anos — 24,6%; de 25 a 29 anos — 27,1%; de 30 a 34 anos — 24,5%; de 35 a 39

anos — 15,9%; de 40 a 44 anos — 9,0%; de 45 a 49 anos — 4,1%. O maior problema está sendo o de colocação de tão grande mão-de-obra, tendo em vista as dificuldades de absorção no setor rural. Estudos do BNB a respeito tem salientado:

- As metas propostas para o crescimento regional permitiriam não somente propiciar emprego produtivo a toda a força-de-trabalho que se adicionará durante os anos 70, ao contingente atual, mas, simultaneamente, diminuir de 16% para 11% a taxa de desemprego e sub-emprego.

Sabe-se que a baixa eficiência da agricultura brasileira é conseqüente de fatores tecnológicos e também de dificuldades de ordem econômico-financeira. A pesquisa agrícola tem sido negligenciada, embora desde o século passado o País disponha de centros de experimentação — como o Instituto Agrônomo de Campinas, criado por D. Pedro II, em 1837 — que realizam trabalho sério. A situação atual da pesquisa agrícola brasileira é retratada no livro "Desenvolvimento da Agricultura Paulista", elaborado por técnicos nacionais e estrangeiros e publicado pela Secretaria de Agricultura de São Paulo. Diz o referido estudo:

- São Paulo, assim como o Brasil, deve dar alta prioridade à definição de uma política científica e tecnológica. O estabelecimento dessa política deveria envolver grande número de especialistas que atualmente trabalham no setor, para aproveitamento da experiência existente. Enquanto não se faz qualquer esforço para definir essa política, determinado número de pontos-chaves pode ser sugerido.

O conselho para a fixação de diretrizes no ramo da ciência e da tecnologia agrícolas resultou da seguinte verificação:

- São Paulo realizou consideráveis investimentos em ciência e tecnologia e os resultados são bem conhecidos. O Estado possui o melhor sistema de pesquisa e de extensão agrícola do País e, como se observou, os resultados desses investimentos foram substanciais. Entretanto, o Estado jamais teve uma explícita política tecnológica ou científica. A conseqüência foi um infeliz desperdício de recursos escassos. Além disso, a ausência de uma política definida provocou, nos últimos anos, uma deterioração do sistema de pesquisa, assim como o fracasso na tentativa de

divulgar muito do conhecimento já obtido.

Além da Secretaria de Agricultura de São Paulo, merece ser ressaltado o trabalho da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, no estímulo à tecnologia.

Pelo Decreto n.º 72.527, de 25 de julho de 1973, o Governo Federal aprovou o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) para o biênio 73/74, em que enfatiza "a transformação econômica e social, na sociedade moderna", hoje condicionada pela revolução tecnológica e científica. Na Capítulo I, o PBDCT diz:

- A definição de uma política de ciência e tecnologia para o Brasil significa a sua utilização a serviço dos grandes objetivos da sociedade brasileira, e, em particular, do desenvolvimento baseado na associação inteligente entre cultura humanista e moderna e tecnologia. No campo econômico, tem o sentido de capacitar o País a, progressivamente, passar a produzir tecnologia, e não apenas bens de consumo ou de produção.

Diante de tal entendimento, o referido Plano Básico propõe a construção de "uma economia para os anos 70" de maneira a permitir ao País enfrentar a competição do mundo atual, como "advento, entre nós, da sociedade industrial, sem prejuízo dos valores humanos da sociedade brasileira". A agropecuária figura no Plano Básico em referência com dispêndios programados de Cr\$ 416 milhões, sendo Cr\$ 182 milhões e Cr\$ 234 milhões em 1974, para atender a elenco de atividades que compreendem: implantação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), tecnologia de alimentos, frutas tropicais e agroindústrias, supergelados no Vale do São Francisco, produtos alimentares, produtos industriais e de exportação, melhoramento dos sistemas de produção, inventário dos recursos existentes, economia de produção das empresas agropecuárias, mercados e comercialização de produtos e insumos agrícolas, sociologia rural, programa de difusão do uso de fertilizantes no Nordeste, distribuição e seleção de sementes, tecnologia de irrigação, pesquisas do cacau, agroclimatologia e outros. Convém salientar, ainda, que a agricultura dispõe de recursos para pesquisas, no programa de Meteorologia, no programa de Trópico Úmido, no programa de Energia Nuclear (radioisótopos na agricultura), no de indústria de alimentos e no de tecnologia agroindustrial. O Plano é ambicioso, mas o montante de recursos, acanhado. Inegavelmente, o PBDCT representa a tomada de posição que se fazia necessária e faz crer na ex-

pansão da produção agropecuária nos próximos anos. A pesquisa de produtos alimentares mereceu especial atenção no Plano, figurando, inclusive, no Programa Especial de Tecnologia Industrial, que encara a questão da seguinte forma:

- O Instituto de Tecnologia de Alimentação — ITAL — da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, em cooperação com o IPEA e o Ministério da agricultura, elaborará e executará plano de pesquisa de âmbito nacional no campo da tecnologia de alimentos.

O ITAL executará um elenco de cerca de 90 projetos específicos, em que se estima o emprego de recursos de Cr\$ 3,7 milhões, no biênio 1973/74, oriundos do FNDCT/FINEP e da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

O Ministério da Marinha, por intermédio do Instituto de Pesquisas da Marinha, vem desenvolvendo pesquisas que visam à industrialização do pescado. O primeiro passo seria a obtenção de concentrado protéico de peixe (CPP) a partir da sardinha como matéria-prima. O projeto Cabo Frio, também em desenvolvimento no IPQM, visa a estimular a produção natural e introduzir técnicas de produções artificiais de peixe, crustáceos e moluscos na enseada de Cabo Frio.

O assessoramento e assistência técnica aos projetos de desenvolvimento de agroindústrias no Nordeste caberá ao Centro de Processamento de Frutas Tropicais, projeto apoiado pela FAO/PNUD (BRA-71/555) cujo agente executor nacional é o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento — CEDEP — da Secretaria de Planejamento e de Ciência e Tecnologia da Bahia. O objetivo geral do projeto é estabelecer um programa de pesquisas aplicadas ao desenvolvimento da produção, ao processamento industrial e à comercialização de frutas tropicais, como o umbu, caju e mangaba.

A providência governamental, se integralmente aplicada, colocará o Brasil em condições de acompanhar as rápidas mudanças da sociedade contemporânea, com suas profundas transformações econômicas, sociais e culturais. A dúvida reside no detalhe das verbas. Por exemplo, os recursos financeiros para o setor agropecuário são reduzidos tendo em vista a enor-

me tarefa a cumprir. Embora a linguagem otimista dos analistas assegure nos relatórios que a agricultura vem respondendo, favoravelmente, "aos estímulos fiscais, creditícios e de colocação a baixo custo de fertilizantes, inseticidas e outros insumos básicos", a verdade é que os investimentos orientados para as atividades do campo estão muito aquém das necessidades.

Ninguém desconhece que, na maioria das nações latino-americanas, os camponeses formam "ilhas isoladas e de gente subalimentada, sem renda ou conhecimento técnico". Assim mesmo, cabe-lhes a responsabilidade de produzir alimento para milhões de pessoas; por isso é conveniente que o trabalhador rural seja melhor compreendido, inclusive no que se refere ao grau de comunicação. Quando Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa, tive oportunidade de examinar a necessidade, não apenas da ciência e da tecnologia aplicadas à atividade agrícola, mas de uma comunicação rural capaz de estabelecer as bases para sólida integração interna das comunidades campestres.

Hoje, os economistas agrícolas se pronunciam pelo programa de comunicação rural, entendendo serem profundas as diferenças entre a cultura tradicional — camponesa e nativa — e a urbana, sofisticada e trazida de centros estrangeiros. Dizem tais especialistas que, à falta de conhecimento dessa dualidade, falharam tentativas de comunicação empreendidas na América Latina. No campo, a aproximação se faz por meio oral, porquanto a mentalidade é "marcadamente biológica" e a percepção se torna "global e instintiva". Na cidade, prevalece a técnica, a lógica e a análise. A prudência e a lentidão constituem a tônica do raciocínio do camponês, enquanto o cidadão pensa rápido, com tendência a generalizações.

Em 1970, realizou-se em Brasília o I Congresso Brasileiro de Comunicação Rural. Entre as sugestões formuladas está a do Prof. Walter Sampaio, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, que se refere à criação de centros regionais, dirigidos a áreas específicas e distintas, sempre com o acompanhamento da assistência social, técnica e de solo. Essa proposição demonstra tomada de consciência da importância da comunicação com o camponês, cujo trabalho é de extrema valia nesta época de crise mundial.

As perspectivas de declínio na produção mundial de alimentos levaram a FAO a sugerir, recentemente, a quatro Universidades brasileiras a realização de ambicioso programa de participação de estudantes no planejamento, organização e execução de projetos de pesquisas no campo, se-

melhantes aos desenvolvidos por estabelecimentos universitários da Grã-Bretanha. Na primeira etapa seriam treinados estudantes de veterinária. A FAO acredita que isso representaria grande contribuição para conhecimento maior e compreensão exata da situação atual dos rebanhos e seus problemas; ao mesmo tempo os universitários se familiarizariam com a realidade rural e teriam oportunidade para cumprimento de ações em equipe.

Na Inglaterra, essa experiência constitui atividade de fim de ano e recebe a denominação de expedição estudantil. Foi adequadamente adaptada para alunos do quarto ano de veterinária, que realizam pesquisas de determinado tema. No Brasil, o procedimento encontraria receptividade nos quadros do Projeto Rondon e poderia desdobrar ação meritória em relação à nossa pecuária, que se ressentia da falta de assistência técnica de vacinas contra a aftosa, a brucelose e outras doenças que atacam os rebanhos. Quanto ao detalhe, os fazendeiros enfrentam dificuldades para adquirir vacinas, da mesma forma que os agricultores se consideram desamparados, no que diz respeito às sementes selecionadas e à assistência na hora de ser cumprido o calendário agrícola.

Este ano tem sido de turbulência para o setor agropecuário do País. Parece ter havido desalinamento de diretrizes entre os Ministérios da Agricultura e da Fazenda. O atual ocupante da Pasta da Agricultura — com experiência adquirida em outras áreas da administração, principalmente no INCRA, tem procurado — conforme declarou — "ação conjugada, objetivos comuns e métodos uniformes" com o seu colega da Fazenda. Isso não impediu a falta do leite e da carne, nem a carência do feijão. Os preços foram inflacionados e o consumidor nacional viu-se obrigado a pagar mais caro, para compensar o pecuarista, que encontra melhores oportunidades exportando a carne.

A idéia central da política agrícola, descrita nos pronunciamentos oficiais, voltou-se para o aumento da produtividade, a partir da seguinte identidade: a produção por trabalhador (P/N) é igual à produção por área (P/A) multiplicada pela área que cada trabalhador pode cultivar (A/N). Assim $P/N = P/A \times A/N$, com o produto por área dependendo das sementes, dos fertilizantes, dos defensivos, dos corretivos de solo e da técnica de cultivo. A mecanização da lavoura é elemento da maior significação, porquanto dela depende o espaço, a área que o trabalhador pode cultivar.

Os informes oficiais admitem que o Brasil será grande produtor de fertilizantes dentro de dois ou três anos. Enquanto isso não ocorrer, o agricul-

tor dependerá da importação de defensivos, de fertilizantes e de calcário, para manter o ritmo de crescimento da produção de gêneros agrícolas. Sucede que, em relação aos fertilizantes, há dificuldades também no mercado mundial. A matéria-prima importada, a custo superior ao previsto, vem causando elevação permanente nos preços dos adubos, podendo chegar ao nível de 30% no fim do semestre em curso. A política de preços no mercado interno está, por isso mesmo, prejudicada, ainda mais, quando, em alguns casos, a matéria-prima importada teve faturamento superior em 100%, relativamente a 1971. Sabe-se que 90% dos elementos que entram na composição de fertilizantes são de procedência estrangeira. E, paradoxalmente, as indústrias nacionais do ramo, localizadas no Rio Grande do Sul, mantiveram no primeiro semestre de 1973, preços inferiores aos atuais custos de importação.

Admitem os analistas que o fenômeno pode ser considerado artificial, "motivado principalmente pela frustração da safra do trigo, que apresenta, no Estado, o maior índice de consumo". Tal entendimento se deve ao fato de que a lavoura do trigo consome 50% da produção gaúcha de adubos e, no último plantio, teve reduzida a área cultivada. Tal ocorrência levou as indústrias a colocarem no mercado o fertilizante estocado, abaixo do custo, a fim de "aliviar o espaço" dos armazéns.

Para o bom desempenho do setor de corretivos do solo, faltam providências até certo ponto elementares. Agora mesmo, a imprensa noticia que as entidades que representam a maioria das indústrias de fertilizantes do País, realizam gestões com Secretários de Agricultura de vários Estados, procurando a atualização das normas de fiscalização do comércio de adubos químicos. Desde 1968, a comercialização de fertilizantes preocupa os produtores, que propuseram, inclusive, a adoção de um manual de controle da qualidade, "que defina a metodologia de análise com vistas ao padrão de qualidade". Os empresários asseguraram que o trabalho realizado transcende ao plano teórico, por quanto já ofereceram, inclusive, subsídios ao Governo para atualização das normas de fiscalização. Em 1968, o Governo do Estado de São Paulo encaminhou ao Ministério de Agricultura, a título de colaboração, o texto de um projeto de regulamento do comércio de fertilizantes. Em fins de 1970 e princípios do ano seguinte, os empresários foram convocados a integrar um Grupo de Trabalho do Ministério da Agricultura, "destinado a analisar as diversas sugestões recebidas." No mês de outubro de 1972, "a indústria, cliente de que as metodologias de análises de nutrientes não eram uniformes, reu-

niu um grupo de técnicos coordenados por um catedrático da Escola de Agronomia Luiz de Queiroz, da USP, para elaboração do documento que uniformizasse a metodologia de amostragem". Foi elaborado um manual que, posteriormente, foi oferecido ao Ministério da Agricultura. Mas tudo permanece sem solução: faltam vacinas e assistência, tanto quanto fiscalização uniforme.

Como se verifica, há distonias incompreensíveis no universo agrícola brasileiro. Exemplo típico é o café, ainda o nosso principal produto de exportação, mas que descreve curva descendente na sua condição de importante fonte de divisas. Houve época em que o café brasileiro dominava em 50% o mercado mundial. Atualmente, o Brasil apresenta item de importação da rubiácea. E nossa política, preocupada, até 1967, em erradicar cafeeiros, tenta, agora, incentivar o replantio, mediante concessão de créditos.

Sabe-se que no início da década de 60, a economia do País enfrentou a superprodução do café, no plano interno, e a concorrência cada vez mais acentuada, no externo. O Governo, então, passou a comprar os excedentes, gerando a necessidade de recursos adicionais e uma série de fenômenos que atingem do produto ao consumidor. O setor cafeeiro ficou tumultuado e sofreu, ano passado, redução de 5% na colheita, em relação a 1971. A queda de produção do trigo por motivos de clima, chegou a 57% — conforme já foi amplamente demonstrado — causando transtornos compreensíveis e levando os economistas a falarem no desempenho da agropecuária, que se "mostrou muito aquém da expectativa de crescimento global da economia". Ainda em 1972, os produtos de origem animal cresceram à taxa de 4,3%, enquanto o conjunto de lavouras situou-se em 4%. No exercício anterior, a agricultura apresentou a taxa de crescimento na ordem de 14,8% enquanto a pecuária ficou em 4,3%.

As estatísticas mostram, contudo, que em 1972 houve, nas variações percentuais das quantidades produzidas pelas principais lavouras, os seguintes acréscimos: cana-de-açúcar, 20%; laranja, 19%; arroz, 12%; milho, 10%; mandioca, 9%; banana, 8%; amendoim, 1%. Em contrapartida, houve redução nas colheitas de trigo (—57%), batata inglesa (—2%) e feijão (—1%).

É conveniente lembrar que, no pertinente aos produtos de exportação, a soja teve aumento de 65% e o algodão, de 13%, enquanto o cacau quebrou em 17% e o café, em 5%.

O organismo responsável pela política cacauífera — a CEPLAC — afirma que o cacau teve sua lavoura atin-

gida, em 1972, por pragas e moléstias, além de desfavoráveis condições climáticas. Apesar das exigências do mercado, que promoveram a elevação de 100% nos preços, a colheita foi adversa. A quebra de 5% na cafeicultura é justificada pelas geadas que afetaram os cafezais paulistas e paranaenses, da mesma forma que a redução de 57% na cultura do trigo se deve às geadas no Rio Grande do Sul.

A importância da agropecuária no contexto de nossa economia pode ser avaliada pelo que indica o relatório do Banco Central, alusivo a 1972:

O produto interno bruto, segundo estimativas preliminares, cresceu à expressiva taxa de 10,4%, ritmo que superou a média registrada no quadriênio anterior (9,8%). Na formação do produto global, a indústria ganhou importância relativa, tendo a taxa de crescimento do produto real do setor atingido 13,8%. O produto real do setor agropecuário mostrou crescimento mais lento, da ordem de 4,1% (11,4% em 1971) fato que se deveu à ocorrência de condições climáticas adversas que comprometeram várias colheitas, principalmente as do café e trigo, produtos de elevada participação na formação do produto do setor. Não fossem os efeitos negativos da frustração das citadas colheitas, o produto agrícola teria evoluído a uma taxa de 8%, com o que a expansão do produto interno bruto teria alcançado 11,4%.

A contribuição do setor agropecuário para a composição das nossas exportações é de 70%, enquanto a dos manufaturados e semimanufaturados se limita a 20% e a dos minérios, a 10%. Em recente pronunciamento no Senado Federal o eminente Senador João Cleofas mostrou que, nas estatísticas oficiais, estão classificados como Produtos Industrializados a cera de carnaúba, madeiras, óleos vegetais, amendoim, óleo de mamona, manteiga de cacau "e outros produtos originários diretamente da agricultura", como óleos essenciais vegetais, mentol, hortaliças, melão e sucos de frutas. Diante disso, acredita o ilustre representante de Pernambuco que "apenas reduzida parcela do povo brasileiro tem uma idéia nítida, uma consciência verdadeira do esforço que, em favor do País, representa o trabalho dos brasileiros que cultivam o nosso solo, que lavram a nossa terra ou pastoreiam os nossos rebanhos".

No momento, o Governo Federal está empenhado no aumento das exportações, a fim de fortalecer a capacidade de compensação aos compromissos assumidos no exterior. Sabe-se que o volume global do nosso endividamento externo há muito ultrapassou

os 10 bilhões de dólares; mas o controle dos ingressos vem sendo realizado com a utilização dos mecanismos de ajustamento.

A utilização da poupança externa, para promover o desenvolvimento da economia brasileira, é cópia do modelo indiano. Para apoiá-la, o Governo resolveu estimular a colocação de nossos produtos no mercado externo. E a opção desembocou no ambicioso programa dos Corredores de Exportação. Em 1971 o Conselho Monetário Nacional decidiu empregar a quota do Fundo de Diversificação da Organização Internacional do Café, no montante de 17,4 milhões de dólares, na exportação de nossos produtos agrícolas. Os ministros da Fazenda, do Planejamento e dos Transportes preconizaram, para 1976, 11 milhões de toneladas de produtos para exportação entre grãos sólidos (grãos e pellets) e óleos vegetais. Salientaram eles, em exposição ao Presidente da República, o seguinte:

Quanto à agricultura, os principais programas prioritários a serem desenvolvidos pelo Governo Federal envolvem: pesquisa agrícola, fortalecimento da infraestrutura rural, desenvolvimento da pecuária, armazenagem (inclusive silos intermediários) e política de crédito adequada.

O objetivo é diversificar a pauta de exportações, processando-se "o grande escoamento de mercadorias entre os pontos de concentração de embarque e desembarque, mediante a modernização e o reaparelhamento do sistema portuário". Os Corredores de Exportação constituem programa que se enquadra nas diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico 1972/1974, aprovado pela Lei n.º 5.724, de 4 de novembro de 1971, "principalmente no que se refere à agricultura, transporte e estratégias de exportação", como salienta o Banco Central do Brasil.

A importância dada ao programa dos Corredores de Exportação pode ser avaliada pelos investimentos previstos: Cr\$ 3,5 bilhões foram consignados para as duas fases de execução. Na primeira, as aplicações tiveram limite fixado de Cr\$ 500 milhões (aparelhamento e dragagem, de portos, construção de terminal frigorífico e compra de vagões). Na segunda, os recursos serão da ordem de três bilhões restantes (projetos agroindustriais objetivando, inclusive, a produção de pellets; melhoramento de portos e ferrovias, construção de silos e de tecnologia de alimentos).

Para o Banco Central, as atividades agropecuárias "vêm sendo estimuladas pela política de preços mínimos, incentivos fiscais, taxas de juros subsidiadas e programas específicos, ob-

jetivando canalizar recursos para promover a mecanização, o uso de insumos modernos, a absorção de novas técnicas de produção e a melhoria dos processos de comercialização". No foram concedidas com anúncios que as relatório anual, referente a 1972, o ciclo, houve superavit de US\$ 2,439 milhões no balanço de pagamentos e que as exportações "mais que duplicaram em relação a 1968", alcançando o montante de US\$ 3,987 milhões, dos quais US\$ 1,157,5 milhões relativos a produtos industrializados. Um detalhe desperta atenção: "enquanto o setor industrial acelerou o ritmo de crescimento (13,8% em 1972 e 11,2% em 1971), o produto agrícola apresentou ritmo menos rápido de expansão (4,1% em 1972 e 11,4% em 1971)".

Quais os motivos da expansão industrial? Evidentemente, o estímulo governamental aos empresários da grande indústria, os incentivos fiscais, as facilidades de crédito e toda uma estrutura voltada para a industrialização. Em contrapartida, as atividades agropecuárias continuaram no habitual esforço dos homens do campo, enfrentando dificuldades de todo gênero, apesar de facilidades que lhe foram concedidas com anúncios que as aumentaram telescopicamente. A preferência pela expansão industrial permitiu o quadro abaixo, organizado pelo Banco Central, com indicadores do período janeiro/novembro de 1972: **INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO**

Taxas d crescimento real	
Discriminação	1972/71
	%
Minerais não-metálicos	12,9
Metalurgia	
Mecânica	16,2
Material elétrico e de comunicações	
Material de transporte	23,7
Papel e papelão	6,8
Borracha	12,5
Química e perfumaria	15,6
Têxtil	3,6
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	
Produtos alimentares	
Bebidas	15,9
Fumo	
T O T A L	14,1

De pronto se nota que o grupo de indústrias têxteis, vestuário e artefatos de tecidos apresenta o crescimento de 3,6%, que é desestimulante. Sobre isso, o relatório do Banco Central informa:

— O volume de mão-de-obra ocupada na indústria têxtil revelou ligeiro declínio no período, refletindo os efeitos da política governamental de condicionar a concessão de incentivos oficiais apenas aos projetos empresariais que vi-

sam tão-somente ao aumento da produtividade, mediante a obrigatoriedade de sucateamento compensatório de máquinas consideradas obsoletas, com a introdução de equipamento de tecnologia mais avançada.

Se tal orientação é válida, o debate transcende a este exame. O fato é que a omissão administrativa, determinada por opção discutível, gerou a taxa ridícula de crescimento, num setor que tem possibilidades enormes de expansão acelerada. Deve-se também notar quão influente se torna o comportamento governamental, na política de produção. O que se passa com o café e o trigo são atestados disso.

A produção animal cresceu, ano passado, à taxa de 4,3%; a lavoura situou-se nos 4%, e o desempenho do setor primário ficou em 4,1%. Os dados oficiais atribuem a timidez estatística às "condições climáticas desfavoráveis". A verdade é que a agropecuária requer mais atenção. As lavouras estão vinculadas a calendários, às condições da terra, à tecnologia empregada pelo lavrador, ao clima etc. A pecuária também está sujeita a fatores limitativos e depende da diretoria administrativa, principalmente quanto à fabricação de vacinas e ao estímulo à introdução de raças específicas.

Dos números alinhados pelas estatísticas oficiais, é possível extrair esta conclusão: o Brasil continua com a economia baseada na agropecuária. Dos US\$ 3.987 milhões que representam o valor das exportações brasileiras — FOB — em 1972, o café aparece com US\$ 1.057,1 milhões. Isto significa 26,5% do total. Os produtos industrializados figuram com US\$ 1.157,5 milhões (29%) enquanto os produtos primários tradicionais, com US\$ 931,2 milhões (23,4%) e outros produtos primários, com US\$ 806,5 milhões (20,2%). As transações especiais participam com US\$ 34,7 milhões (0,9%).

São considerados produtos primários o açúcar, o algodão em rama, cacau em amêndoas, milho em grão, soja em grão, arroz, castanha do Pará, castanha de caju, amendoim em grão, farelo e torta de amendoim, farelo e torta de caroço de algodão, farelo e torta de soja, lagosta, camarão, carne bovina, carne equina, couros, banana, outras frutas, sisal, linters de algodão, fumo em folhas, erva mate. Nesse item, apenas o minério de ferro, o minério de manganês e óleo bruto de petróleo (cujas taxas são, respectivamente, 5,8%; 0,7% e 0,4%) pertencem à categoria não-agrícola.

Do produto da agricultura, o café apresentou 14% e, no tocante às ex-

portações, mereceu os seguintes comentários do Banco Central:

— Em que pesem as dificuldades havidas no campo do comércio internacional do café, as exportações brasileiras do produto, em 1972, alcançaram as expressivas cifras de 19.215 mil sacas e US\$ 1.057,1 milhões (ao valor médio por saca de US\$ 55,01). A quantidade exportada somente foi superada pelas registradas em 1949, 1963 e 1969, e o valor é recorde, desde 1953. Os embarques de café em grão, no ano, cresceram cerca de 1,5% em cotejo com os dados de 1971. Os de solúvel experimentaram elevação de 47,3% demonstrando maior penetração nos mercados externos.

Relativamente ao açúcar, as exportações foram, em 1972, superiores: 187,5% a mais do que as de 1971. O algodão encontra condições favoráveis. Entretanto, a produção permitiu apenas 23,3% como acréscimo de vendas, mas a exportação teve aumento de 39,1% sobre o período anterior. O consumo mundial desse produto se eleva progressivamente, mas os plantadores se sentem desestimulados. Da mesma forma, os que se dedicam à lavoura do cacau, cujo volume exportado foi 6% menor do que em 1971, embora a receita haja assinalado aumento.

No tocante ao milho, as exportações de 1972 foram muito inferiores às de 1971. As receitas mantiveram-se, respectivamente, em US\$ 10,1 milhões e US\$ 75,4 milhões. Com a soja, as exportações aumentaram muito (162,6% no exercício de 1972) e "o movimento das exportações de carne bovina (fresca, resfriada e congelada) refletiu, em 1972, as condições internacionais de demanda em ascensão". Sucede que, para assegurar o mercado é preciso adotar política de exportação estável, sem alterações que desestimulem o criador e origem desconfiadas nos compradores internacionais.

Em relação ao fumo, o Brasil manteve a posição de terceiro produtor mundial, permitindo que os analistas considerem excelentes as nossas perspectivas, ainda mais se aumentar a nossa produção de carne bovina, de cacau, de algodão etc.

O Projeto de Lei dos Meios, para o exercício de 1974, demonstra maior preocupação governamental quanto à agropecuária. As realizações ainda

são acanhadas, mas já é auspicioso verificar que para o Programa Agro-

pecuária foram destacadas Cr\$ 838.557.100,00, assim distribuídos:

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Categorias Econômicas
Programa Agropecuária Recursos do Tesouro

Especificação	Correntes	Capital	Total
Min. da Agricultura	444.079.900	129.239.400	573.319.300
Min. do Exército	565.800	238.000	803.800
Min. do Interior	153.372.000	18.262.000	171.634.000
Encargos Financeiros da União c/os Estados, Distrito Federal e Municípios		1.000.000	1.000.000
Total	598.017.700	240.539.400	838.557.100

A Mensagem presidencial, que acompanha a proposição em estudo mantém os objetivos do Plano Nacional de Desenvolvimento, que preconiza:

- Prioridades Nacionais: 2) os setores prioritários de Educação, Saúde, Ciência, Tecnologia, Agricultura receberam aumento de 16% na dotação de **Outros Custeios/Capital** e 14% nas demais áreas.

É oportuno advertir que a política agropecuária brasileira constitui aquilo que já foi denominado de "labirinto de responsabilidade". Tudo porque há divisão de atribuições e de deveres de órgãos vinculados a diversos Ministérios. Assim, o Instituto Brasileiro do Café (a quem compete a orientação da política cafeeira) e o Instituto do Açúcar e do Alcool (responsável pela política açucareira) são subordinados ao Ministério da Indústria e do Comércio. As questões de abastecimento estão vinculadas à Superintendência Nacional do Abastecimento. A Comissão Executiva para o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira — CEPLAC — é órgão do Ministério da Fazenda e seu Presidente é o próprio Ministro; o Vice-Presidente é o Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil — CACEX. Já o problema do trigo se encontra assim distribuído: o preço é fixado pelo Conselho Monetário Nacional, por sugestão da SUNAB, órgão do Ministério da Agricultura; mas a política de plantio, financiamento e distribuição aos moinhos é da competência da CTRIN, isto é, Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional, pertencente ao Banco do Brasil. Os estímulos fiscais ficam na dependência do Ministério da Fazenda e do Conselho Monetário, enquanto os preços mínimos são formulados pela Comissão de Financiamento da Produção (Ministério da Agricultura) diretamente ao Conselho Monetário Nacional. Por sua vez, programas especiais (PIN, PROTERRA, PROVALE, PRODOESTE, Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados, Fundo de Participação e Fundo Especial — Norte, Nordeste e Centro Oeste —

e Fundos Vinculados — Norte, Nordeste e Centro-Oeste — são executados em apoio ao desenvolvimento agropecuário e agroindustrial, com a participação de órgãos integrantes da estrutura de vários Ministérios (Fazenda, Interior, Agricultura e Planejamento).

Ac Ministério da Agricultura compete, principalmente a realização de tarefas que signifiquem apoio técnico. Para tanto, dispõe de Departamentos Nacionais específico de Produção Animal, de Produção Vegetal, de Pesquisa Agropecuária, de Engenharia Rural, de Serviços de Comercialização e Meteorologia, além da recente Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA — à qual entregou a política de investigação científica e tecnológica.

Reconhecidamente, o Banco do Brasil é o maior financiador da agropecuária brasileira. As estatísticas têm demonstrado o fenômeno, inclusive este detalhe interessante: "A relação de trocas inverteu-se favoravelmente para a agricultura, pois em 1967, um trator de 44 HP custava nada menos do que 324 sacas de café, 2.613 arrobas de algodão, 729 sacas de arroz ou 2.173 sacas de milho. Em 1973, essas cifras passaram a ser respectivamente, 109, 1.325, 501 e 1.087."

Os relatórios do Banco do Brasil informam que o crédito ao produtor, para despesas de custeio, cresceu 60% no ano passado. E salientam que do saldo total — Cr\$ 9,5 bilhões em dezembro de 1972 — Cr\$ 4,6 bilhões foram empregados na renovação das safras. "As compras de sementes, fertilizantes, defensivos e corretivos absorveram Cr\$ 1,2 bilhão. A participação desse item no total dos financiamentos à agricultura cresceu de 5,1% em 1970 para 10,7% em 1972." O crédito à pecuária, cujo saldo era de Cr\$ 4 bilhões, aumentou 56%, "principalmente por causa do apoio à bovinocultura, que absorveu Cr\$ 1,8 bilhão, para operações de custeio, compra de matrizes e reprodutores e comercialização, mais Cr\$ 1,3 bilhão para formação de pastagens, construção de estábulos, compra de tratores e máquinas etc.". Do total dos inves-

timentos, mais de Cr\$ 720 milhões tiveram aplicação nas operações do PROTERRA, dentro do qual o Banco do Brasil financia, a juros de 7% aa e no prazo de até 12 anos, a formação de pastagens, a compra de reprodutores e de matrizes, bem como rações e medicamentos.

Deve ainda ser lembrada a linha de apoio do Banco Central, formada pelos Programas Estaduais de Crédito Agrícola, que substituíram, desde 1970, os Contratos de Refinanciamento (CRs) procedidos com repasses de recursos aos Bancos privados e que foram congelados. Restam deles alguns saldos, porquanto os prazos eram longos.

Os Programas Estaduais de Crédito Agrícola — PESACs — têm juros de 15% ao ano para operações superiores a 50 salários mínimos, e de 13% para as inferiores. Os financiamentos para a aquisição de insumos modernos são de 7% para o mutuário, sendo o resto financiado pelo FUNDAG (Fundo Especial de Desenvolvimento Agrário) que é administrado pelo Banco Central.

Ainda ao BC cabe administrar os financiamentos ligados ao programa BID-256 (que absorveu o BID-71), com juros de 7%, mais 8% de correção monetária, além da remuneração de assistência técnica: 1% sobre o valor do financiamento, mais 1% sobre o saldo devedor. O BID-205 tem juros de 7%, mais 8% de correção monetária, cabendo a assistência técnica ao CONDEP, sem qualquer despesa para o mutuário.

A renovação de cafezais teve financiamento com a taxa que, de 3% passou para 6%. No programa de revigoramento, os juros são de 7% para fertilizantes; zero por cento para defensivos e zero por cento para equipamentos e máquinas de defesa. Na hipótese de inexistência de taxa, o agente financeiro é subsidiado. E, para a agroindústria, os juros ficaram em 5%, mais correção monetária.

O elenco de providências que beneficiam setores da atividade rural poderia ser ativado em maior escala, a fim de transformar a agricultura atrativa ao empresariado e, conseqüentemente, oferecer ao País maior produção. Nossos gêneros agrícolas têm grande aceitação no mercado internacional, e o próprio consumo interno precisa ser atendido com maior eficiência e abundância. O plantador de café se queixa de que o financiamento de Cr\$ 3,00 por cova é desestimulante, porque conduz fatalmente ao desembolso de grandes quantias, pelo produtor. O algodão e o trigo requerem melhor atenção; a agropecuária deve contar com assistência e com estabilidade no que se refere à exportação.

Esse o ambiente que a execução orçamentária de 1974 encontrará.

Foram apresentadas 370 Emendas ao Projeto em exame, objetivando destaques de verbas. Sensíveis aos problemas agropecuários do País, desejariamos ver atendida a totalidade das sugestões formuladas pelos Senhores Parlamentares, na certeza de que elas representam os anseios e as aspirações da gente que se dedica às atividades abrangidas pelo Ministério da Agricultura. Todavia as consignações — isso deixamos assinalado no decorrer do estudo realizado — são insuficientes, mesmo para atender aos programas normais. A inflação perdura; o aumento de preços destrói as previsões orçamentárias.

Dessa forma, opinamos pela rejeição das Emendas que seguem:

- 137, 142, 236, 239, 240, 254 e 260, que representam transposição de recursos específicos de exposições agropecuárias;
- 261, 268, 295, 317 e 321, que transpõem recursos destinados à assistência à pessoa artesanal;
- 262, que transpõe verba da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
- 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 277, 278, 280, 284, 322, e 324, porque são relativas a projetos já previstos e em execução pelo Ministério da Agricultura.

Aceitamos, em parte, as demais emendas, que se referem a exposições agropecuárias e a colônias de pescadores. A pequenez das consignações aconselha que sejam omitidos os quantitativos. Algumas entidades ou alguns Municípios foram referidos em mais de uma Emenda. Nesse caso, a repetição é encarada como apenas uma indicação. Assim, procuramos englobar, em apenas duas Emendas, todas quantas mereceram aceitação.

Opinamos, portanto, pela aprovação do presente anexo, do projeto de lei que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1974, com as Emendas que seguem:

Emenda n.º 1-R

Onde se lê:

- 1300 — Ministério da Agricultura
- 1301 — Gabinete do Ministro
- Programa 02 — Agropecuária
- Subprograma 06 — Promoção e Extensão
- 1301.0206.2106 — Assistência financeira a entidades
- 020 — Promotoras de exposições agropecuárias

Inclua-se, no final:

..., inclusive nos seguintes Municípios:

Acre
Cruzeiro do Sul

Amazonas

Careiro
Codajaz

Bahia

Feira de Santana
Ipiáú
Jequié
Santana
Uauá

Ceará

Crato
Fortaleza
Iguatu
Maranguape
Nova Russas
Sobral

Espirito Santo

Afonso Claudio
Alegre
Apiacá
Colatina
Guaçu
Itapemirim
Mimoso do Sul
Muqui
Pancas
São Gabriel
São José do Calçado

Goiás

Anápolis
Anicuns
Araguaina
Arraias
Buriti Alegre
Caiapônia
Catalão
Ceres
Dianópolis
Firminópolis
Formosa
Goiânia
Goiânia
Gurupi
Ipameri
Itumbiara
Jataí
Jussara
Luziania
Mineiros
Miracema do Norte
Pedro Afonso
Piracanjuba
Pires do Rio
Porangatu
Porto Nacional
Quirinópolis
Rio Verde
Rubiataba
São Luiz dos Montes Belos
Tocantinópolis
Uruana

Mato Grosso

Aquidauana
Bela Vista
Campo Grande
Corumbá
Cuiabá
Dourados
Maracaju
Paranaíba
Ponta Porã

Minas Gerais

Aimorés
Além Paraíba
Argirita
Barbacena
Boa Esperança
Cataguazes
Caxambu
Governador Valadares
Itajubá
Itauna
Lajinha
Lavras
Manhumirim
Pains
Patos de Minas
Passos
Pedro Leopoldo
Pouso Alegre
Rio Preto
Santa Rita do Sapucaí
São Gonçalo
São João Del Rei
Três Corações
Três Pontas
Varginha

Pará

Belém
Castanhal
Paragominas
Santarém
Soure

Paraíba

Aguar
Campina Grande
Guarabira
Itabaiana
Itaporanga
João Pessoa
Monteiro
Patos
Piancó
Pombal
Princesa Isabel
Santa Rita
Santana dos Garrotes
Solânea
Umbuzeiro

Piauí

Picos

Rio de Janeiro

Barra do Pirai
Campos
Paraíba do Sul
Valença

Rio Grande do Sul

Crissiumal
Erechim
Estrêla
Flores da Cunha
Marau
Santiago
Soledade
Venâncio Aires

São Paulo

Araçatuba
Bastos
Barretos
Campinas
Guaira
Guaratinguetá

Jaú
 Leme
 Lins
 Mairinque
 Porto Feliz
 Piracicaba
 Rio Claro
 São João da Boa Vista
 São José do Rio Preto
 São Roque
 São Paulo
 Sorocaba
 Tupã
 Votuporanga
Santa Catarina
 Araranguá
 Armazem
 Blumenau
 Braço do Norte
 Caçador
 Campo Erê
 Chapecó
 Concórdia
 Criciúma
 Curitiba
 Garopaba
 Grã-Pará
 Gravatal
 Içara
 Imarui
 Imbituba
 Iporã
 Jacinto Machado
 Jaguaruna
 Joaçaba
 Lages
 Laguna
 Lauro Müller
 Mafra
 Meleiro
 Mondai
 Morro da Fumaça
 Orleans
 Palhoça
 Palmitos
 Paulo Lopes
 Pedras Grandes
 Piratuba
 Praia Grande
 Rio Fortuna
 São Lourenço d'Oeste
 São João do Sul
 São José
 São José do Cedro
 São Ludgero
 Siderópolis
 Timbé do Sul
 Sombrio
 Turbo
 Timbó
 Treze Tilias

Videira
 Urussanga
Sergipe
 Aracaju
 Laranjeiras
 Lagarto
 Porto
 Propriá

Emenda n.º 2-R

Onde se lê:

- 5300 — Ministério da Agricultura
 5302 — Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
 Programa 02 — Agropecuária
 Subprograma 06 — Promoção e Extensão
 5302.0206.2042 — Assistência e Pesca Artesanal.

Inclua-se, no final:

Acre
 Colônia de Pesca de Cruzeiro do Sul
 Colônia de Pesca de Feijó
 Colônia de Pesca de Rio Branco
 Colônia de Pesca de Sena Madureira
 Colônia de Pesca de Tarauacá

Ceará
 Colônia de Pesca de Acaraú
 Colônia de Pesca de Beberibe
 Colônia de Pesca de Cascavel
 Colônia de Pesca de Paracuru
Espírito Santo
 Colônia de Pesca de Aracruz
 Colônia de Pesca de Conceição da Barra
 Colônia de Pesca de Itapemirim
 Colônia de Pesca de Piuma
 Colônia de Pesca de Vitória

Pará
 Colônia de Pesca de Bragança
 Colônia de Pesca de São Caetano de Odívalas

Paraná
 Colônia de Pesca de Antonina
 Colônia de Pesca de Guaratuba
 Colônia de Pesca de Guaraqueçaba

Rio de Janeiro
 Colônia de Pesca de Angra dos Reis
 Colônia de Pesca de Cabo Frio
 Colônia de Pesca de Maricá
 Colônia de Pesca de Parati
 Colônia de Pesca de São Pedro d'Aldeia

Rio Grande do Sul
 Colônia de Pesca de Jaguarão
 Colônia de Pesca Z-2 — São José do Norte
 Colônia de Pesca Z-8 — São Lourenço do Sul
 Colônia de Pesca de Torres
 Colônia de Pesca — Z-6 — Tramandai
Santa Catarina
 Colônia de Pesca de Barra do Sul — Araguari
 Colônia de Pesca Z-5 — Armação de Itaiporai — Penha
 Colônia de Pesca Z-4 — Barra Velha
 Colônia de Pesca de Florianópolis
 Colônia de Pesca de Itajaí
 Colônia de Pesca de Laguna
 Colônia de Pesca — Z-2 — São Francisco do Sul

São Paulo
 Colônia de Pesca de Guarujá
 Colônia de Pesca de Iguape
 Colônia de Pesca de Piracicaba
 Colônia de Pesca de Santos
Sergipe
 Colônia de Pesca de Aracaju
 Colônia de Pesca de Estância
 Colônia de Pesca de Laranjeiras
 Colônia de Pesca de Neópolis
 Colônia de Pesca de Propriá
 Colônia de Pesca de São Cristóvão

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1973. — Senador João Cleofas, Presidente — Senador Amaral Peixoto, Relator — Senador Fernando Correa — Senador Geraldo Mesquita — Senador José Lindoso — Senador Alexandre Costa — Senador Lourival Baptista — Senador Eurico Rezende — Senador Carlos Lindenberg — Senador Magalhães Pinto — Senador Heitor Dias — Deputado Adhemar Ghisi — Deputado Alberto Hoffmann — Deputado Bento Gonçalves — Deputado Bias Fortes — Deputado Carlos Alberto de Oliveira — Deputado Claudio Leite — Deputado Daso Coimbra — Deputado Eurico Ribeiro — Deputado Passos Porto — Deputado Furtado Leite — Deputado Gabriel Hermes — Deputado Joaquim Macedo — Deputado Oceano Carleial — Deputado Manoel de Almeida — Deputado Milton Brandão — Deputado Mario Mondino — Deputado Osnelli Martinelli — Deputado Paulo Alberto — Deputado Theódulo de Albuquerque — Deputado Wilson Falcão — Deputado Henrique Eduardo Alves — Deputado Ozires Pontes — Deputado José Freire — Deputado Júlio Viveiros — Deputado Rubem Medina — Deputado Vinicius Cansanção — Deputado Albino Zeni — Deputado Nunes Freire.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 83.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 31 DE OUTUBRO DE 1973

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Devastação das riquezas vegetais sem a devida medida acauteladora do reflorestamento.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Reverência aos mortos no transcurso do Dia de Finados.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Deficiências no sistema penitenciário fluminense.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Data nacional da Áustria, transcorrida a 26 de outubro.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Congraçamento dos Estados através do Campeonato Nacional de Futebol. Homenagem a João Havelange e sua candidatura à Presidência da FIFA.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei n.º 11/73-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1974, nas seguintes partes:

— Anexo Poder Executivo — Subanexo Ministério das Relações Exteriores. Aprovado, à Comissão Mista para redação final.

— Anexo Poder Executivo — Subanexo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Aprovado, à Comissão Mista para redação final.

1.4 — COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se dia 5 de novembro, às 19 horas, destinada à leitura da Mensagem Presidencial n.º 56/73-CN.

— Prazo para apresentação do requerimento previsto no § 3.º do art. 66 da Constituição, referente a partes que menciona do Projeto de Lei n.º 11/73-CN.

— Convocação de sessões do Congresso Nacional de acordo com calendário estabelecido.

1.5 — ENCERRAMENTO

ATA DA 83.ª SESSÃO CONJUNTA

EM 31 DE OUTUBRO DE 1973

3.º SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

DA 7.ª LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA DO SR. RUY SANTOS

As 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard — Geraldo Mesquita — Flávio Brito — José Lindoso — José Esteves — Catete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrónio Portella — Helvidio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luis de Barros — Jessé Freire — Milton Cabral — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Calado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Itálio Coelho — Accioly Filho — Mattos Leão — Ney Braga — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

E os Srs. Deputados:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Noser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA.

Piauí

Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Heitor Cavalcanti — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Alvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Hildebrando Guimarães — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA (SE); Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Oziris Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDM; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Alvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Teotônio Neto — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Sampaio — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo Flôres — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Hanequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; João Borges — MDB; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Ruy Baccelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espirito Santo

Elcio Alvares — ARENA; José Carlos Fonsêca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas —

MDB; Ario Theodoro — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacyr Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Eurípedes Cardoso de Menezes — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Os-nelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonsêca — MDB; Fernando Fagundes Netto — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coêlho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sinval Boaventura — ARENA.

São Paulo

Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Athié Coury — MDB; Bezerra de Mello — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; João Arruda — MDB; José Camargo — MDB; Mário Telles — ARENA; Mauricio Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Paulo Abreu — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Salles Fi-

lho — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Lopes — ARENA; Sylvio Venturolli — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadao — ARENA; Brasílio Calado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; Jar-mund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Santos — ARENA; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Luiz Losso — ARENA (SE); Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Roberto Galvani — ARENA; Túlio Vargas — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Cesar Nascimento — MDB; Francisco Grillo — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colln — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Sousa — ARENA; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Helbert dos Santos — ARENA; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Sinval Guazzelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Santos) — As listas de presença acusam o

coparecimento de 60 Srs. Senadores e 263 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos, primeiro orador inscrito. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a devastação da floresta continua se processando de maneira espantosa. A foice, o machado e outros instrumentos de destruição estão sendo substituídos pelos tratores de esteira que arrancam e arrastam árvores de todo o tamanho. E enquanto isto ocorre, o florestamento e o reflorestamento se processam com enervante morosidade. Onze milhões de árvores por dia estão sendo derrubadas — afirma Burle Marx — enquanto não estão sendo plantadas nem a décima parte. Falta tudo para isto: estrutura, mentalidade, mudas e sementes.

Ainda agora a imprensa do meu Estado noticia que o presidente da "Associação dos Reflorestadores do Rio Grande do Sul, Sr. José Veríssimo Noronha Filho, disse que as florestas nativas do Estado estão reduzidas a menos de 1% do território gaúcho, e que o reflorestamento não está conseguindo acompanhar o ritmo de abate das árvores.

Previo que em breve o Brasil estará importando madeira, se não houver maior esforço no plantio de árvores. "No Rio Grande, 40% da área estava coberta de florestas no início do século. Mas as matas foram vítimas de uma ocupação econômica errada, inadequada e criminosa, infelizmente a alternativa que tiveram os nossos antepassados em busca do desenvolvimento" — acrescentou.

Ainda restam no Rio Grande do Sul cerca de 150 mil pés de pinheiro (*Araucária Angustifolia*), que estão condenados à extinção, porque o solo profundo, próprio àquele vegetal, já está ocupado com a agricultura. "As lavouras ocuparam justamente a região de florestas nativas, e, por isso, houve necessidade de fazer florestamento em terras onde antes havia campo ou terrenos arenosos. Isso provoca as críticas dos ecologistas, mas é a única alternativa que temos para repovoar o solo com árvores" — argumentou o Sr. José Veríssimo Noronha Filho.

Disse mais, que a região do Alto Uruguai, de onde se extraíam as madeiras duras, como peroba, imbuia e cedro, já está ocupada pela soja, e será necessário buscar aquelas essências da Amazônia. "Os ecologistas nos criticam por plantar árvores exóticas,

mas os pinus taeda e eliotis são as melhores árvores para ocupar o deserto arenoso do litoral gaúcho. Acrescentou que a sua empresa, a Pinvest, reserva 10% das áreas de cultivo florestal com matos nativos e sem valor econômico, para abrigo da fauna. "Até bugios conservamos naquelas áreas."

Mais de noventa por cento dos brasileiros ou não sabem ou procuram ignorar a importância das árvores. Não culpo pelo fato o modesto colono que efetivamente não sabe o que significa a árvore. Mas até aqui, em plena capital da República, existem muitas famílias abastadas da chamada alta sociedade que nada ensinam aos seus filhos sobre o assunto. Tanto é verdade que existem crianças e rapazes que, como verdadeiros vândalos, investem contra as árvores ornamentais, escalavrando-lhes galhos e às vezes até arrancando-as.

Além de providências seguras por parte do Ministério da Agricultura e do IBDF em todos os bancos escolares — desde o primário ao universitário — deveriam ser ministradas instruções diárias sobre a importância da árvore. Se não cuidarmos com carinho deste importante problema, não será difícil inclusive prever o futuro da nossa Pátria. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Santos) — Com a palavra o nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no calendário cívico nacional assume foros de notoriedade o dia consagrado à lembrança de nossos mortos queridos e saudosos. É uma data sumamente respeitosa, a cuja consagração todos aderem, numa singela e comovente demonstração de ternura por aqueles que nos antecederam na Grande Viagem rumo à Eternidade.

Entre nós, já foi feriado nacional o chamado Dia de Finados. Depois foi abolido, sob a justificativa de que, para demonstrar nossas carinhosas saudades aos mortos e lhes tributar merecidas homenagens, não havia necessidade de paralisar o País inteiro, com prejuízos econômicos para muitos em virtude da inatividade! Mas a vontade do povo, unânime, prevaleceu, fazendo feriado por conta própria, com a convivência efetiva e compreensiva do nosso governo. Vingou a tradição, o direito consuetudinário. É a consagração definitiva da formação moral, muito latina e bem estremera da nossa gente. O País inteiro, a exemplo dos demais povos civilizados, paralisa as atividades obreiras no dia dois de novembro, todos os anos, numa homenagem terna e emocionante aos que passaram para o lado oculto do mundo.

Desde o princípio da história dos povos os mortos bem amados sempre

foram reverenciados, variando muito as formas do preto rendido, o cunho do culto, os tipos de manifestação e lembrança carinhosa! Até os selvagens adoram os seus antepassados e ancestrais, embora por meio de práticas exteriores exóticas, primitivistas, fetichistas ou místicas. Os romanos rendiam comovedores preitos de respeito e homenagem aos seus antepassados, administrando culto severo aos deuses-lares, às entidades espirituais domésticas e familiares. Assim têm feito outros povos.

A Cristandade embora ciente de que somos imortais, sempre rendeu culto e homenagens aos seus mortos. Já os hebreus dovotavam extremada consagração e reverência aos seus mortos, merecendo a doce advertência do Divino Messias, quando lhes recomendou que "deixassem que os mortos enterrassem seus mortos". Como é fácil depreender-se, os "mortos" a que o Sacratíssimo Instrutor se referia deveriam estar realmente mortos numa vida inexpressiva e de inutilidade, sem préstimos. Os que diligenciam no sentido de dar-se pressa em enterrá-los, só para serem vistos e elogiados pelos homens, pouca coisa fazem, porque desvaliosa. Mas os que se interessam pelas coisas de Jesus e de nosso Pai Altíssimo, esses os verdadeiramente vivos para as coisas de Deus para o Reino Celeste.

Augusto Comte, o fundador do Positivismo, filosofia glacial e sem Deus, dizia que "sempre e cada vez mais os mortos governam e governarão os vivos". O pensador de Montpellier tem uma noção típica, um sentido peculiar, próprio ou derivado do seu sistema. Neste caso, as suas palavras transcendem ao padrão normal do próprio pensamento vulgar, comum, público. Mas, incontestavelmente, proferiu uma verdade, uma evidência, uma realidade ao proclamar tal sentença, pois que abrange um campo enorme reflexo, em que a forte e permanente influência dos que partiram ganha formas manifestas de um realismo quase absoluto, do ponto de vista sociológico e humano, evidente e válido e com profunda penetração em todos os setores da vida comunitária de todos os povos do mundo.

Hoje em dia é ponto vitorioso, predominante e pacífico, o reconhecimento do grande dever de tributar homenagens respeitadas e efetivas aos nossos finados. E todos sabem que não findaram, que sobreviveram ou ressurgiram. Em sã consciência, não há quem possa escusar-se ao fascínio que sobre nós exercem os bem-amados mortos. Há, até, muitas vezes o que se pode considerar de legítimos exageros, no culto que eles inspiram e de certa forma comandam. Mas todos esses gestos são nobremente justificáveis, pela sinceridade que encarnam e evidenciam. Quantas vezes atuamos em obras assistenciais de amor

aos infelizes, aos desfavorecidos da fortuna e aos sedentos e famintos de justiça, proporcionando-lhes solidariedade, ternura, desvelo, calor humano, justamente inspirados por eles, excitados pelo amargor da saudade, que nos causa a sua ausência, porque não os vemos, não obstante os sintamos, pelo menos pela magia dos nobres exemplos que nos legaram!

Tudo se apresenta em características harmonizantes de um ecumenismo delicioso no afã reverencioso com que se homenageiam os caros antepassados. Isto prova que nem tudo está perdido no campo moral e espiritual dos valores humanos. Funciona uma força promissora de união, fraternidade e universalismo, alimentada energicamente pelo espírito religioso e espiritualista de todas as gentes!

É dever nosso não esquecer os que tanto fizeram por nós, pais, avós, mestres e disciplinadores da nossa fé. Ofereçamo-lhes as perfumosas flores de nossa gratidão, dediquemo-lhes nossa gratidão, dediquemo-lhes nossas preces, quanto mais não seja no seu dia, na festa anuária de seu culto, com humildade e compreensão!

Mas isto está a nos parecer pouco, em forma de reconhecimento a tudo que lhes devemos. Há um pouco de isolamento, álgido, inexpressivo e vazio na base estandardizada dos tributos afetuosos de nossas manifestações de amor a prazo fixo e periódico! Nosso ânimo deve revestir-se de perpetuação ininterrupta, sem hiatos nem perturbações. Melhor será que os reverenciemos incessantemente, perpetuando-lhes a imarcessível memória através da prática indeclinável dos exemplos dignificantes que nos deixaram, com consciência, serenidade e devoção, ainda que por conta de sacrifícios severos e ardentes. Assim, poderemos transformar os dias da nossa existência, já agora sumamente valorizada, em uma espécie de feriado permanente no nosso mundo interior, no recôndito de nossas almas, no ímo de nossos corações sensibilizados pelo amor, pelo trabalho e pela prece. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Santos) — Concedo a palavra o nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a voz da Oposição, que é a voz do povo sofrido e desalentado, não é levada em consideração pelos governantes, aqueles que, com ostentação do poder, alimentam uma insensibilidade prejudicial ao bem comum. Por mais que o parlamentar se esforce, que permaneça no Plenário, que fiscalize a atuação do Governo, que mantenha uma normativa de ação consentânea com os anseios populares, tudo isso resulta em nada. O Go-

vernador do meu Estado, quando de sua passagem no Congresso Nacional, foi considerado uma das maiores expressões políticas contemporâneas: como administrador, no entanto, vem apresentando grandes modificações, com a perda progressiva daquelas qualidades.

Talvez, dos 18 Deputados fluminenses, sou o único que diariamente aqui estou fiscalizando a sua atuação. Já disseram até que o Deputado Peixoto Filho é o Deputado da "Voz do Brasil". Mas eu queria ser o Deputado da "Voz do Brasil", desde que fosse ouvido pelo Governador Raimundo Padilha. Mas talvez dos fluminenses, S. Ex.ª seja o único que não houve a "Voz do Brasil". E aqui está, Sr. Presidente, para comprovar as minhas afirmações:

Vinte e um sentenciados da maior periculosidade — cujas penas somadas elevam-se a 400 anos de reclusão — escaparam do arcáico Presídio Geral do Estado e foram juntar-se a mais nove delinquentes loucos fugitivos há duas semanas do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho. Todos os criminosos respondem por latrocínios, arrombamentos de residências, estrupos e alguns com assaltos contra agências bancárias.

Há dois anos, Sr. Presidente, que postulo a atenção do Governador Raimundo Padilha para o sistema penitenciário fluminense, com apenas dois presídios. No meu último discurso, publicado no *Diário do Congresso* de 23 próximo passado, adverti S. Ex.ª o último a saber do que se passa nos órgãos vinculados à sua administração.

Acresce dizer, ainda, que existem outros problemas para agravar a situação, como a recente rebeldia dos fornecedores, com faturas em atraso há vários meses, provocando a insatisfação nos cárceres, onde a comida passou a ser racionada, o mesmo ocorrendo em relação ao material de limpeza e higiene, conforme se pode verificar pelo noticiário da imprensa. As precárias instalações das prisões estão a exigir maior devotamento das autoridades responsáveis fluminenses, com vistas à completa reformulação do sistema carcerário brasileiro, prometida, há mais de dois anos, pelo Ministro da Justiça.

Prosseguem a violência e irregularidades praticadas por guardas no Presídio Geral do Estado, com "a permanência de elementos estranhos ao cárcere nas horas mortas da noite, para a realização de batucadas regadas à cachaca, provocando a embriaguez nos participantes, inclusive nos policiais de plantão, que retiram os presos dos xadres para espancá-los impiedosa e sadicamente."

O desrespeito à Justiça tem sido uma constante no governo do onipotente "iniciador da Revolução no Congresso Nacional". Agora mesmo o presidiário Antônio Soares, que estava veraneando no minipresídio aberto de Magé, sem autorização do Juiz Aulomar Lobato da Costa ou da Promotora Maria de Paiva Arellano, foi preso em Niterói, quando tranqüilamente desfilava pelas ruas centrais da cidade.

Sr. Presidente, há um clima de irresponsabilidade no Governo do Sr. Raimundo Padilha. S. Ex.ª, homem de qualidades marcantes, não disse até agora por que foi nomeado Governador. Representante dos princípios revolucionários, no Estado do Rio de Janeiro, pois que afirma ser o único Líder da Revolução e da ARENA no nosso Estado, sua atuação contrasta com a realidade fluminense. Já fiz aqui uma pergunta que repito: até quando, Sr. Raimundo Padilha?

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Santos) — Concedo a palavra ao Deputado Doso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, a lendária Áustria, após séculos de existência entremeados de músicas alegres, de glórias, e de vicissitudes políticas, desde 1955 adotou o 26 de outubro como dia para a comemoração de sua data nacional.

Depois dos dissabores sofridos com a ocupação pelas tropas alemãs, em 1938, passou a preocupar-se em prevenir a repetição de fatos tão humilhantes, e tão avessos à índole de seu povo. E as atividades políticas desenvolvidas nesse sentido culminaram com a promulgação da lei de sua neutralidade perpétua, que condiz com as experiências históricas de sua gente, e deixa tranqüila uma nação a ocupar privilegiada situação geográfica no coração da Europa.

Durante a realização da Conferência de Segurança da Europa, a Áustria, pela voz do Ministro das Relações Exteriores, Rudolf Kirchschlager, situando em primeiro lugar a segurança do indivíduo, como condição *sine qua non* para a segurança do Estado, enfatizou:

"O ser humano e não o Estado deve ser o motivo de nossa política."

Essa atitude, Sr. Presidente, mereceu aplausos internacionais, pois, em verdade, sendo o Estado criatura do homem, haverá de prevalecer sempre este sobre aquele, eis que o criador poderá produzir novos Estados à sua feição, indo de perfeição em perfeição até atingir o ideal.

A Áustria de hoje, embora se empenhe decididamente em seu desen-

volvimento sócio-econômico, com vistas a garantir a crescente felicidade de seu povo, insiste em manter aquela imagem de nação alegre, envolta nos maiores acordes de suas movimentadas e eternas valsas, as célebres valsas vienenses.

Mas a Áustria, Sr. Presidente, não é só alegria, valsa, colorido e castelos maravilhosos. Com superfície de ... 83.850 Km², acusa população de ... 7.456.745 habitantes. Os sem confissão religiosa atingem apenas 3,8% desse total; os cristãos 96%.

O Produto Nacional Bruto alcançou 415 bilhões de xelins, em 1971.

A exportação, nesse mesmo ano, somou 78,9 bilhões de xelins, a importação, um pouco mais, 104,1 bilhões de xelins.

Com os 9.588.458 turistas de há dois anos logrou receita de 22 bilhões de xelins.

Em sua produção industrial — dados de 1971 — que apresentou o total de 111,2 bilhões de xelins, figurou em primeiro lugar as matérias plásticas, com 1.830 milhões.

Frequenteram suas 5.818 escolas primárias, e de curso ginásial e especiais, no ano passado, 974.345 alunos. As suas 17 Universidades, 63.054 estudantes.

Conta ainda esse país — eterno posselro da simpatia brasileira — com 307 bibliotecas, e 1.200 institutos científicos.

Revela a história, Sr. Presidente, que o ensino sempre figurou prioritariamente nas cogitações dos governantes austriacos. O Ginásio dos Beneditinos foi fundado em Viena pelo Duque Enrique II, no ano 1115. Desenvolveu-se consideravelmente de 1740 a 1780, no reinado de Maria Teresa, tendo José II baixado a grande reforma das escolas públicas. Na segunda metade do século XIX foi instituído o ensino obrigatório, com o mínimo de oito anos de duração.

A Universidade de Viena — a mais antiga de língua alemã — foi fundada em 1365!

Até o final do século XVIII confundia-se a literatura da Áustria com a alemã. Somente quando se desenvolveu o estilo barroco, estimulado pela contra-reforma, se corporificou uma literatura caracteristicamente austriaca, onde haveria de surgir e pontificar A. Stifter.

Ao apagar do século XIX, Schmitzler desbravou novos caminhos para a literatura da Áustria, nos quais viam a brilhar o simbolista Rike e Trall.

A literatura verdadeiramente nacionalista, entretanto, só despontaria nas obras de Bronch, Musil e Heimito von Doderer, no século XX.

Na era contemporânea destaca-se Ilias Aichirga, e os romancistas tão populares entre nós: Kafka e Stefan Zweig.

Na música registra também nomes inapagáveis no conceito universal: Gluck, Mozart, Ricardo Wagner, Gustav Mahler, Franz Schmit, Franz Schrekr, Gottfried von Einem e os Strauss.

Sophia Wainer falando no Diário de Brasília sobre a "Áustria — Uma Nova Realidade Nacional", informou, com brilho:

"No século XVII, época do barroco, tanto pela pompa como pela suntuosidade, a corte imperial de Viena se constituiu no centro da música. Mesmo os imperadores compunham e em todos os setores da criação musical surgiram novidades."

É da Áustria dessa época que a memória brasileira guarda as mais caras, sonoras e coloridas imagens.

Já nos dera, tão gratamente, uma excepcional Imperatriz, a Imperatriz Leopoldina, que ocupa lugar de destaque nos fastos de nossa História, e no coração da Pátria.

Mas entendemos que a época máxima da Áustria foi a que floriu ao final do século XVIII, quando Viena se converteu no ponto alto das reuniões dos maiores compositores do mundo. Foi a esse tempo, apontado como a "era clássica vienense", que ali conviviam Joseph Haydn, Mozart e Beethoven, compondo sinfonias eternas inspiradas na atmosfera musical da cidade e no encanto indescritível de sua paisagem.

Ao povo austriaco, pois, ao transcurso de sua data nacional, ocorrida a 26 último, manifestamos nossa admiração, esperando que a amizade que nos alia se eternize em meio aos eflúvios de sua época áurea, envolta em colorido, flores e músicas inesquecíveis. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Santos) — Concedo a palavra ao Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, num excelente artigo que publicou nas páginas da "Folha de Goiás", o jornalista Waldir Castro Quinta classificou, e com extrema felicidade, o atual Campeonato Nacional de Futebol como "uma festa para os pobres", acrescentando, com propriedade, que "este certame nacional terá sobretudo um papel revelador de talentos, que a CBD não pode desprezar. Não se iluda a entidade ao pensar que os chamados clubes pequenos entraram no certame apenas para dar bons dinheiros das rendas locais aos que tenham nas suas equipes os assim considerados doutores do futebol. Ninguém é mais doutor, numa terra em que já se joga

bem por toda parte, e com um povo que a cada momento está gerando novos talentos".

O fato real é que o certame em curso põe os grandes clubes e os grandes craques presentes em todos os estádios do Brasil e, a um só tempo, revela ao País os valores regionais, mais e mais unindo o povo, que aí tem mais um caminho para a integração nacional.

Veja-se, por exemplo (e sou insuspeito para o registro, pois sou torcedor do Vila Nova, o atual campeão de Goiás) o caso do Goiás Esporte Clube, que é hoje um quadro conhecido nacionalmente, seja pelo valor de seus jogadores — tais como Lincoln, Paghetti, Maurício, Alexandre, Tuira, Triel, Amaury, Helinho, Reis e tantos outros, seja, ainda, pela grande categoria de seus técnicos e de seus dirigentes.

De mim, pessoalmente, sou até favorável a que se promova, nos anos próximos, um campeonato nacional ainda mais servido de equipes; nem vejo nenhum absurdo em que o certame seja disputado por sessenta times, ensejando ainda maior presença de todos os Estados, pelos seus clubes mais expressivos.

A idéia que se transformou em realidade, ou seja, o Campeonato Brasileiro de Futebol, deve, e deve muito, ao espírito de iniciativa e à coragem de homens como João Havelange, Antônio do Passo, Valed Perry e tantos outros dedicados dirigentes dos desportos brasileiros.

A CBD tem realizado obra notável no setor futebolístico, e é de inteira justiça ressaltar que ao trabalho pessoal, de infinita paciência e de permanente dedicação, do seu Presidente, o Sr. João Havelange, muito e muito se deve do prestígio mundial do mais popular de todos os esportes praticados no Brasil. Sob o comando de Havelange que, inclusive, abandonou suas empresas particulares para se dedicar à CBD, o Brasil conquistou os títulos mais expressivos no mundo desportivo, entre os quais se incluem o de campeão do mundo, na Suécia, em 1958, o de bicampeão, no Chile, em 1962 e, finalmente, fato inédito, o de tricampeão mundial, no México, em 1970.

O grande atleta que foi João Havelange, e que tanto renome alcançou para o Brasil na sua especialidade, se transformou no excepcional dirigente de hoje, não só servido de admirável inteligência e robusta capacidade de comando como, e ainda, conservando um excepcional comportamento humano, de que poderá servir como exemplo frísante a sua atitude no atual caso existente entre o Botafogo e o seu jogador Jairzinho.

Se esta é a Casa do Povo, e se o futebol é o esporte popular por exce-

lência, não há por que não tratar do tema aqui.

Assim, não só me sinto à vontade para prestar esta homenagem de apreço e de admiração a João Havelange, de quem espero medidas para que o próximo campeonato brasileiro conte com um ainda maior número de participantes, como, e ainda, para dizer aos meus patrícos todos, sobretudo àqueles que podem influir na condução do assunto, que prestigie-mos, ao máximo, a candidatura do grande desportista e grande dirigente à presidência da FIFA, pois tanto o Brasil, pelas suas múltiplas vitórias no futebol mundial, quanto o Sr. João Havelange, pelos serviços já prestados, merecem a honra de dirigir a federação internacional do esporte das massas. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Santos) — Não há mais oradores inscritos. Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, de partes do Projeto de Lei n.º 11, de 1973 (CN), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1974.

Não foram apresentadas emendas aos subanexos constantes da pauta dos trabalhos da presente sessão. Passemos, portanto, ao item I.

Discussão, em turno único, do Anexo do Poder Executivo — Subanexo Ministério das Relações Exteriores, tendo Parecer, sob n.º 57-E, de 1973 (CN), da Comissão Mista, FAVORÁVEL.

Em discussão.
Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar usar da palavra para discutir o subanexo, irei encerrar a discussão. (Pausa.)

Encerrada.
Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Ministério das Relações Exteriores queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.
Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.
A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Santos)

Item II:
Discussão, em turno único, do Anexo do Poder Executivo — Subanexo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, tendo Parecer sob n.º 57-J, de 1973 (CN), da Comissão Mista, FAVORÁVEL.

Em discussão o subanexo. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Santos)
— O Senhor Presidente da República encaminhou, à deliberação do Congresso Nacional, através da Mensagem n.º 56, de 1973-CN, o Projeto de Lei n.º 16, de 1973-CN, que institui o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária e dá outras providências.

Para leitura da Mensagem e demais providências iniciais de sua tramitação, convoco sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se segunda-feira, dia 5 de novembro, às 19 horas, neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Santos)
— De acordo com o que estabelece o art. 97, caput, do Regimento Comum, e uma vez que já foram distribuídos

os avulsos dos respectivos pareceres e emendas, a Presidência abre o prazo de 5 dias para apresentação do requerimento previsto no § 3.º do art. 66 da Constituição, no que diz respeito às seguintes partes do Projeto de Lei n.º 11, de 1973-CN:

- I — Subanexo Poder Executivo:
 - Ministério dos Transportes — Parte Geral e DNPVN
 - Encargos Gerais da União.
- II — Subanexo Poder Legislativo
 - Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Santos)

— A Presidência, tendo em vista a existência de matérias já em condições de serem submetidas à deliberação do Congresso Nacional, convoca sessões conjuntas a se realizarem de acordo com o seguinte calendário:

I

Dia 6 de novembro, terça-feira, às 19:00 horas:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 1973-CN, que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.286, de 21 de setembro de 1973.

II

Dia 7 de novembro, quarta-feira, às 19:00 horas:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo, partes referentes aos Ministérios do Exército, das Comunicações e da Saúde.

III

Dia 8 de novembro, quinta-feira, às 21:00 horas:

Veto Presidencial

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 47, de 1973 (n.º 678-C/72, na Casa de origem), que dá nova redação aos arts. 23 e 24 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, vetado pelo Presidente da República.

IV

Dia 12 de novembro, segunda-feira, às 19:00 horas:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo, partes referentes ao Ministério da Marinha e Presidência da República.

V

Dia 13 de novembro, terça-feira, às 19:00 horas:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo, partes referentes a Encargos Financeiros da União com os Estados, Distrito Federal e Territórios e Ministério do Interior — SUDESUL.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Santos)

— Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a Sessão às 19 horas e 30 minutos.)